

Relatório da Audiência n.º 19 - COF- XIV

Dia: 12 de novembro de 2020

ENTIDADE: Plataforma Cívica “Convergência Pela Cultura”

Fernando Marrucho

Nuno Varzea

Alexandre Morais

ASSUNTO: Propostas no âmbito da discussão da PPL 61/XIV/2.^a (GOV) - Aprova o Orçamento do Estado para 2021.

Recebida pelos Senhores Deputados:

- Alberto Fonseca (PSD), Vice-Presidente da Comissão
- Rosário Gambôa (PS)
- Cristina Mendes da Silva (PS)
- Fernanda Velez (PSD)
- Carla Borges (PSD)
- Beatriz Gomes Dias (BE)
- Ana Mesquita (PCP)
- Cristina Rodrigues (Ninsc)

Síntese dos Temas Abordados:

O Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Alberto Fonseca, que presidiu à audiência, iniciou os trabalhos saudando os representantes Plataforma Cívica “Convergência Pela Cultura”, de ora em diante designada Plataforma cívica, posto o que deu nota do modo de condução dos trabalhos. Depois de fazer uma breve apresentação dos Deputados presentes, deu a palavra ao porta-voz da delegação, Alexandre Morais, para uma intervenção inicial.

Após ter agradecido a disponibilidade das Comissões para esta audiência, o porta-voz da delegação referiu que, desde março, tem sido enviada diversa documentação ao

Parlamento, sobre o tema em discussão, incluindo o Manifesto. Enquadrou este pedido de audiência sublinhando a fragilidade e imprevisibilidade crescente que o sector enfrenta, com expectativas muito negativas para o futuro. Fundamentou a criação de uma unidade de missão com a necessidade de contribuir, no quadro da eventual constituição de Comissão Parlamentar, de âmbito extraordinário e urgente, para uma abordagem profunda dos problemas do setor, que também discuta, entre outros assuntos, os 10 pontos de medidas de emergência imediata, que constam do seu Manifesto. Admitem ainda a hipótese, alternativa, de realização de uma audiência alargada com a Senhora Ministra. Referiu, a propósito, que os apoios distribuídos estão aquém dos vêm sendo noticiados na comunicação social, notando ainda que têm uma visão diferente da que é apresentada na comunicação social.

Interveio depois um outro elemento desta delegação, Fernando Marrucho, que destacou a transversalidade daqueles 10 pontos do Manifesto, abrangendo domínios que vão além da vertente estritamente cultural, com impactos a nível fiscal-tributário, da proteção social e ainda do enquadramento profissional (necessidade de rever a classificação portuguesa das profissões). A propósito do Estatuto dos Profissionais da Cultura, referiu que se trata de documento reservado e que a Plataforma cívica não foi chamada a contribuir, alertando ainda para a necessidade de haver discussão pública sobre esta matéria.

Notou que se mantém um grande desconhecimento sobre o sector: que ainda não sabem “quem são”, “quantos são” e “quanto valem”. Lamentou que, apesar da grande importância deste sector para a economia, não haja agora o necessário retorno desse contributo, na medida em que os seus profissionais, neste momento particularmente difícil, estão desprotegidos. Descreveu resumidamente os problemas estruturais, económicos e financeiros dos seus operadores, que, sendo de índole estrutural, se agravaram bastante neste contexto de crise. A delegação da Plataforma cívica deixou um apelo final para que fosse dada a oportunidade para se aprofundarem estas matérias no Parlamento, visando a construção, com o seu contributo, de um edifício legislativo mais sólido que beneficie um sector que atravessa, nas palavras do orador, “um longo inverno nuclear”.

Abriu o debate a Senhora Deputada Rosário Gambôa (PS) que, após saudar os membros da delegação presentes, confirmou conhecer as propostas da Plataforma cívica. Admitiu tratar-se de um dos sectores, juntamente com outros, mais afetados por esta crise pandémica. Fez uma primeira consideração geral sobre aquelas propostas, defendendo que, num momento tão extraordinário como é aquele que

vivemos, não se pode legislar apenas para um sector, e que as medidas transversais têm de ter aqui um valor acrescido, até pelo cumprimento do princípio da equidade. Ressalvou ainda o seguinte: a) que há matérias que não competem diretamente ao Parlamento, como é o caso da alteração do IVA; c) que há um conjunto de outras matérias relevantes que devem ser devidamente ponderadas, relacionadas com a Segurança Social e matéria fiscal. Referiu ainda que considera que parte substancial dos problemas estão relacionados com a precaridade que destes profissionais (laboral e social), agravada com pela ausência de um quadro legal enquadrador. Sublinhou que, na proposta de Orçamento do Estado para 2021 (OE 2021) foram consagradas medidas importantes relacionadas com o Estatuto dos Profissionais da Cultura, cuja implementação requer levantamento prévio, e que prevê, nomeadamente, a regulamentação dos regimes de contratos de trabalho, alterações ao regime contributivo da Segurança Social, um regime transitório de regularização extraordinária de contribuições sociais e impostos, bem como a revisão do regime de registos dos profissionais da área da cultura.

Concluiu, perguntando qual é o entendimento da delegação sobre o sentido e a oportunidade da criação deste Estatuto, e como poderá enquadrar um conjunto de respostas a dificuldades e à procura de soluções que integram as propostas ora apresentadas.

Seguidamente, a Senhora Deputada Carla Borges (PSD) começou por assinalar que há pouco tempo disponível para analisar, no quadro do processo orçamental em curso, as questões colocadas pela Plataforma cívica. Entende, todavia, que as propostas apontam já para caminhos possíveis, com medidas paliativas para fazer face, de imediato, aos graves problemas com que se defronta o sector. Destacou também, nestas propostas, a importância de uma discussão pública do Estatuto dos Profissionais da Cultura. No seu entendimento, as preocupações trazidas a esta audiência são a confirmação da suspeita, que ficou da audição da Senhora Ministra da Cultura, de que as medidas do Governo, nesta área, não foram assertivas, ou que não puderam ser aplicadas no terreno por um conjunto de vicissitudes que afetam o setor. Aproveitou ainda para comentar as afirmações relativas à transversalidade das medidas e às preocupações com a equidade. Defendeu que incumbe à Senhora Ministra da Cultura ser a portadora das preocupações e das medidas para defender o sector que representa, junto dos seus pares. Assegurou, por fim, que o seu grupo parlamentar (GP) iria acompanhar, com interesse, este tema, analisando as propostas, do ponto de vista da sua aplicabilidade e da avaliação do seu impacto no orçamento.

A Senhora Deputada Beatriz Dias (BE) também referiu que a Senhora Ministra, na sua última audição, se escudou no argumento da transversalidade das medidas. Questiona se haverá dados estatísticos que sustentem tais declarações, visto que, até ao momento, se desconhece, por exemplo, quanto profissionais beneficiaram realmente dessas medidas. Alertou para o facto de estar próximo o fim dessas medidas extraordinárias, sendo que muitos profissionais do setor ainda não beneficiaram delas. Previu ainda que estas medidas vão deixar de serem muitas pessoas em 2021, motivo pelo qual, o BE apresentou, em sede orçamental, proposta que considera muito mais abrangente e adequada. Subscreveu a opinião de que teria sido importante que a Senhora Ministra tivesse ouvido os profissionais do sector e que tivesse ponderado os seus contributos. Concluiu, deixando uma questão sobre o Manifesto, que lhe suscitou dúvidas, relativamente às medidas que a Plataforma cívica considera importantes para resolver o problema dos (falsos) recibos verdes.

De seguida, a Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) agradeceu a documentação remetida pela Plataforma cívica, que, a seu ver, reflete um importante exercício de reflexão. No entendimento do PCP, este assunto mereceria, por parte do Governo, uma outra análise e outras medidas. Referiu algumas das condicionantes das medidas em vigor, destacando, por exemplo, a impossibilidade de os profissionais acederem aos apoios se tiveram dívidas. Considerou que, atualmente, na política de cultura não há resposta estrutural ao subfinanciamento nem à precaridade laboral, frisando igualmente o problema da imprevisibilidade destes apoios. Sustentou que, se não houver outras medidas além das que estão previstas na proposta do OE 2021, haverá muito desemprego e miséria. Criticou o Governo por falta de visão estratégica, apontando a necessidade de haver um Plano para o sector. Finalizou, afirmando que o PCP analisará as propostas, e garantindo que apresentará propostas para o sector que vão além do previsto na proposta do OE 2021.

Prosseguiu, a Senhora Deputada Não Inscrita, Cristina Rodrigues, que depois de ter cumprimentado a delegação, também subscreveu a opinião de que os muitos problemas que o setor enfrenta se agravaram substancialmente com a pandemia, destacando, por exemplo, as penhoras que têm sido feitas a estes profissionais por falta de pagamento das contribuições, numa altura crítica, em que estão impedidos de trabalhar. Deu total acordo às propostas da Plataforma cívica, informando ainda que já apresentou propostas, em sede orçamental, que vão no sentido de dar resposta aos problemas do setor. Realçou finalmente, a necessidade de envolver todas as Associações representativas nas alterações legislativas que afetem o setor.

Concluídas as intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Vice-Presidente devolveu a palavra aos representantes da Plataforma cívica para uma intervenção final.

Na sua intervenção final, a delegação da Plataforma cívica esclareceu que não reivindicam nenhum estatuto especial, mas que rejeitam a discriminação negativa de que são alvo, argumentando que são credores do Estado pela omissão legislativa, em vários domínios, mas negam o epíteto de sector da “subsidiodependência”.

Tecerem considerações adicionais sobre o Estatuto do Trabalhadores da Cultura, referindo ainda que as estruturas que estão a discutir com o Ministério não representam mais do que 20 a 30% do sector. Referiram desconhecer o documento, razão pela qual não se conseguem sobre ele pronunciar, nem dar resposta às questões anteriormente colocadas pela Senhora Deputada Rosário Gambôa. Adiantaram, porém, que temem que o resultado não seja bom porque os técnicos dos gabinetes ministeriais, que o estão a elaborar, desconhecem a realidade do sector, uma vez que não estão no terreno. Aproveitaram assim, para reiterar a importância de envolver todos os atores neste processo.

Voltaram a tecer críticas ao comportamento da Ministra, que consideram pouco ético e pouco transparente, não reconhecendo as fragilidades do sector, até por falta de conhecimento do que se passa no terreno. No seu entendimento, a Ministra desprezou o setor e dividiu-o: deveria ter falado com todos os representantes do setor e optou por não o fazer. Consideram assim que a Ministra não é interlocutora da cultura e o setor não deposita nela confiança.

Consideram que importância da cultura para o financiamento do Estado, contrasta muito com a falta de retorno para o setor e para os seus profissionais. Entendem que a cultura está do lado da economia, estando, porém, refém dos orçamentos. Defendem, por isso, a solidariedade de outros setores da economia que dependem da cultura, como é o caso do turismo.

Disseram desconhecer quantos profissionais beneficiaram de apoios, desconhecendo igualmente o montante destes apoios. Incumbe à Segurança Social, disseram, apurar os dados estatísticos relativos aos apoios atribuídos a todos os inscritos na secção R da classificação portuguesa das atividades económicas, a partir do código 90.

Estimam que, para apoiar cerca de 50.000 trabalhadores da cultura, durante 8 meses (até julho 2021), seriam necessários 200 milhões de euros.

Face à inexistência de respostas para o futuro imediato, temem o pior relatando já a existência de casos de fome. Apelaram à ação, designadamente à urgência de se suspenderem, de imediato, as dívidas tributárias e ainda, à boa utilização dos fundos europeus, para que se invista na recuperação da sociedade civil.

Referiram ainda que, sob sua iniciativa, foram realizados alguns estudos de legislação comparada, tendo sido apresentadas algumas boas práticas como é o caso da Lei do mecenato, no Brasil.

Sustentaram que, nestas circunstâncias extraordinárias, se observam as maiores necessidades de sempre, num sector caracterizado pelo trabalho independente, intermitente e informal, conforme consta de documento oportunamente enviado ao Ministério da Cultura sobre esta matéria

Aludiram ainda à inutilidade da Lei n.º 4/2008, de 7 de fevereiro, que, por falta de implementação, levou à situação que hoje se observa no setor. Concluíram a sua intervenção reiterando o pedido de constituição de uma Comissão Parlamentar.

Após a intervenção final, o Senhor Vice-presidente, esclareceu que a tolerância de tempo verificada nesta audiência se ficou a dever à densidade, relevância e complexidade da matéria em discussão. Respondendo depois à sugestão de criação de Comissão Parlamentar, notou que competirá a cada GP analisar a questão e tomar as iniciativas que forem entendidas adequadas, adiantando a possibilidade de se constituir, em alternativa, um Grupo de Trabalho.

Por fim, agradeceu a todos os membros da delegação, a participação cívica em defesa do setor, posto o que encerrou a audiência.

Diversa informação sobre a audiência, nomeadamente os contributos apresentados pela Plataforma cívica e a gravação áudio, podem ser consultados na [página internet da audiência](#).

Palácio de São Bento, 12 de novembro de 2020

O Vice-Presidente da Comissão



(Alberto Fonseca)